

## INTERVENÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO: Perspectivas reflexivas em torno do sul global

Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos<sup>1</sup>

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura<sup>2</sup>

A partir dos anos 1970, a intensificação do processo de globalização e a consolidação do ideário neoliberal produziram um novo arranjo nas relações entre Estado, mercado e sociedade, repercutindo diretamente na configuração das políticas educacionais. A educação, antes concebida como um direito social vinculado à cidadania, passou a ser reinterpretada sob o prisma da produtividade, da competitividade e da eficiência, em consonância com as exigências do capitalismo global.

Nesse cenário, como destacam Adrião e Peroni (2008), os organismos internacionais assumem papel central na indução de reformas orientadas por uma lógica gerencial, que redefine o papel do Estado e reconfigura o espaço público a partir de critérios de desempenho e resultados. Entretanto, esse processo se dá a partir daquilo que Santos (2017) sinalizou como sendo “intervenção consentida” por parte dos atores locais que dialogam juntos a tais organismos.

Nesta perspectiva, a educação consolidou-se como um dos campos estratégicos de intervenção dos organismos internacionais, que passaram a atuar não apenas como agentes de cooperação técnica, mas como instâncias de formulação, regulação e prescrição de políticas públicas, compondo o que Verger (2019) denomina de *política educacional global*, marcada por fluxos transnacionais de ideias e práticas que orientam reformas nacionais. Nessa direção, Souza (2024) destaca que organismos como a Organização das Nações

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Educação, pela UFPE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2994-3921>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4753201283196524>. E-mail: [thiago.silvasantos@ufpe.br](mailto:thiago.silvasantos@ufpe.br).

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Educação, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). <https://orcid.org/0000-0001-8507-6538>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7808693167946729>. E-mail: [julian.fontoura@ufrgs.br](mailto:julian.fontoura@ufrgs.br).

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e o desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Grupo Banco Mundial atuam como mediadores normativos na definição de parâmetros universais de qualidade e eficiência.

Sob o discurso da “governança global”, essas instituições difundem uma racionalidade que associa qualidade educacional à eficiência econômica, transformando a educação em variável instrumental do desenvolvimento e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A noção de *accountability*, o foco em competências e a centralidade dos indicadores comparativos (como o Programme for International Student Assessment - PISA), expressam o predomínio de uma lógica gerencial e performativa que redefine o papel do Estado e desloca o sentido público da educação para uma perspectiva de mercantilização e padronização global do conhecimento (Pizolati, 2021; Silva, 2023).

Nesse movimento, observa-se a consolidação de uma governança educacional transnacional (Verger, 2019; Souza, 2024), caracterizada pela circulação de prescrições políticas e técnicas que diluem a soberania nacional e transferem o poder decisório a instâncias supranacionais. Como indica Fontoura (2024), o discurso da eficiência e da competitividade, promovido por esses organismos, sustenta uma racionalidade neoliberal que privilegia metas mensuráveis, resultados imediatos e soluções padronizadas, em detrimento de processos educativos contextualizados e socialmente referenciados.

As políticas passam, assim, a ser legitimadas não mais pela participação democrática ou pelo compromisso ético com a formação humana, mas pela capacidade de gerar “evidências” quantificáveis e comparáveis entre países. Como analisa Pizolati (2021), o predomínio das políticas orientadas por resultados mensuráveis desloca o centro da legitimidade democrática para a cultura da evidência e da performance. No Brasil, esse movimento se materializa na crescente influência do PISA na definição de metas e padrões educacionais (Souza, 2021).

Esse processo promove uma profunda reconfiguração: o Estado nacional deixa de ocupar o papel de protagonista na formulação das políticas públicas de educação e passa a atuar como executor de agendas globais, com o consentimento dos atores de maior poder decisório do âmbito local (Santos, 2017). Nesse contexto, o sentido da educação é gradualmente capturado pela lógica da performance e pela cultura da responsabilização, substituindo perspectivas voltadas à emancipação e à justiça social.

A transferência da soberania educativa nacional para arenas de decisão transnacional não é neutra nem meramente técnica. Ela reflete a consolidação de um poder difuso e relacional, que redefine os sujeitos e as instâncias autorizadas a falar e decidir sobre o futuro da educação. Ao instituírem parâmetros universais de qualidade e eficiência, os organismos internacionais não apenas orientam políticas nacionais, mas também produzem sentidos, valores e hierarquias de saber, configurando um campo de autoridade simbólica que se impõe sobre os contextos locais.

A partir desse lugar de poder, o conhecimento passa a ser concebido como mercadoria global e a educação como mecanismo de adequação às exigências do mercado, em detrimento de sua função social e formativa. É justamente nessa trama de influências e dependências que se inscreve a intervenção dos organismos internacionais, a qual, mais do que transferir recursos ou oferecer cooperação técnica, exerce uma forma sofisticada de poder simbólico e epistemológico, capaz de orientar reformas educacionais segundo padrões de produtividade, competitividade e mensuração de resultados.

Nesse contexto, o que se observa é a consolidação de uma rede global de influência e poder, cuja ação ultrapassa a mera transferência de recursos ou a cooperação técnica, assumindo contornos de um mecanismo sofisticado de regulação simbólica e epistemológica. Essa dinâmica orienta as reformas educacionais a partir de parâmetros de produtividade, competitividade e mensuração de resultados, difundindo uma lógica que naturaliza a subordinação

das políticas públicas aos imperativos econômicos, em dimensões que abrangem o currículo, o ensino, a avaliação e a gestão, principalmente.

No Sul Global, tais orientações ganham concretude por meio de empréstimos condicionados, parcerias público-privadas e programas de ajuste estrutural. Como demonstram Valle (2010) e Marangoni (2022), tais estratégias reforçam a lógica de dependência e a subordinação dos sistemas educacionais nacionais a agendas econômicas externas, convertendo a educação em instrumento de ajuste fiscal e competitividade. Em outras palavras, reconfiguram o papel do Estado e restringem sua autonomia decisória em nome da “modernização” e da “eficiência”. A globalização educacional revela, assim, uma nova forma de colonialidade (que atua simultaneamente nos planos econômico e cognitivo), redefinindo os sentidos de qualidade e de direito à educação e comprimindo os horizontes de emancipação social e política.

No âmbito deste dossiê, a abordagem decolonial é assumida como um campo teórico-epistemológico que coloca em questão as bases da modernidade ocidental, suas promessas universais de progresso e sua pretensa neutralidade científica. Esse posicionamento encontra sustentação nas formulações das Epistemologias do Sul, desenvolvidas por Santos (2007; 2019), e nas contribuições da educação decolonial no contexto brasileiro, a exemplo Gomes (2019), que enfatizam a centralidade das disputas epistêmicas no campo educacional. Ao interrogar as hierarquias históricas de saber, poder e ser, produzidas no bojo da expansão colonial e ainda operantes na configuração das políticas educacionais contemporâneas, essa perspectiva afirma o Sul Global como lugar de enunciação e produção de conhecimentos, reconhece a pluralidade de racionalidades e reivindica a legitimidade dos saberes historicamente subalternizados, tendo a justiça cognitiva como horizonte político-epistemológico.

Reconhece-se, por outro lado, que o dossiê estabelece um diálogo denso com a tradição da crítica estrutural de matriz marxista, especialmente nas análises relativas à dinâmica do capital, à mercantilização da educação, à reconfiguração do Estado e às formas contemporâneas de exploração e

dependência. Esta interlocução ancora-se em referenciais consolidados da educação crítica brasileira, como Saviani (2011) e Frigotto (2018), que evidenciam a centralidade do trabalho, das relações de produção e da luta de classes na compreensão das políticas educacionais em contextos de capitalismo dependente. Essa aproximação não se constitui como sobreposição acrítica entre perspectivas, mas como um campo de tensões teóricas produtivas, no qual a crítica à economia política do neoliberalismo se articula, sem se confundir, com a denúncia das colonialidades que atravessam os planos simbólico, cultural e epistêmico.

Nesse sentido, o dossiê assume como posicionamento epistemológico a coexistência crítica e não hierárquica entre a crítica estrutural e a abordagem decolonial, compreendendo que a complexidade das intervenções dos organismos internacionais na educação exige análises capazes de articular economia política, colonialidade e disputas epistemológicas. Em diálogo com as noções de pedagogias decoloniais, interculturalidade crítica e reexistência, desenvolvidas por Walsh (2013), as análises aqui reunidas não se limitam a denunciar os mecanismos de regulação, privatização e performatividade impostos pelas agendas globais, mas interrogam as próprias formas de produção de sentidos, valores e conhecimentos que sustentam tais processos. Assim, a crítica estrutural e a decolonialidade são afirmadas como campos em diálogo tensionado, ambos orientados por um compromisso ético-político com a emancipação humana, a justiça social e a soberania epistemológica dos povos.

O dossiê **Intervenção de Organismos Internacionais na Educação: Perspectivas Reflexivas em torno do Sul Global** nasce, portanto, da necessidade de problematizar esse processo de internacionalização e homogeneização das políticas educacionais, situando-o na complexa teia de relações entre global e local, Estado e mercado, público e privado. Ao reunir reflexões críticas em torno das experiências e resistências do Sul Global, busca-se desnaturalizar as narrativas que legitimam a presença dos organismos multilaterais como promotores universais de desenvolvimento, revelando, ao contrário, suas implicações na reconfiguração do papel do Estado, na

despolitização do debate educacional e na redefinição da docência como prática técnica e instrumental.

Os 15 artigos reunidos neste dossiê evidenciam que a intervenção dos organismos internacionais na educação ultrapassa as dimensões econômica e administrativa, operando também como poder simbólico, cognitivo e cultural. As agendas da UNESCO, OCDE, Grupo Banco Mundial e fundações privadas instituem narrativas que naturalizam a eficiência, a meritocracia e a mensuração como sinônimos de qualidade, configurando uma governança educacional transnacional. Este conjunto também revela zonas de resistência e reexistência, que emergem de escolas, movimentos sociais e universidades comprometidas com a justiça social e epistemológica. As vozes do Sul Global (plurais, críticas e insurgentes) tensionam o universalismo eurocêntrico, propondo outras racionalidades e pedagogias fundadas na solidariedade, na agroecologia, na arte e na autonomia dos sujeitos.

Para melhor organizar e potencializar o diálogo entre as diferentes abordagens e perspectivas reunidas neste dossiê, as contribuições foram agrupadas em quatro eixos temáticos interdependentes, que refletem tanto a amplitude das análises quanto a diversidade de contextos em que se manifesta a influência (e a contestação) das agendas globais na educação. Essa estrutura busca favorecer uma leitura articulada entre as dimensões macroestruturais das políticas e os processos microssociais de resistência e reinvenção educativa, permitindo compreender o fenômeno das intervenções internacionais não como algo homogêneo, mas como um campo de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas. Assim, os textos foram distribuídos em eixos que vão do debate conceitual e regulatório à apresentação de experiências e práticas emancipadoras, compondo um mosaico crítico sobre as relações entre globalização, poder e educação.

Os quatro eixos que estruturam o dossiê foram organizados para evidenciar a complexidade das dinâmicas globais e locais que atravessam a educação contemporânea.

Os primeiros artigos, articulam-se junto ao **Eixo I - Regulação Global e Disputas Conceituais**, reunindo estudos que analisam a produção e circulação de conceitos como qualidade, inovação e competências, mostrando como esses discursos operam como instrumentos de regulação e padronização das políticas educacionais em escala planetária.

Em “*Educação de qualidade para todos? tensões e contradições nas diretrizes dos organismos internacionais*”, os autores Julia Melo da Silva e Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura, por meio de análise documental e textual discursiva, evidenciam que, embora defendam equidade e inclusão, essas instituições sustentam uma racionalidade tecnocrática e economicista, centrada em eficiência, mensuração e desempenho; deslocando o foco da educação como direito social para sua adequação às demandas do mercado. O artigo propõe a qualidade social como horizonte emancipador, comprometido com a justiça cognitiva e transformação social.

No debate sobre o conceito de qualidade, as autoras Nathália Ribeiro de Faria Azambuja e Maria Simone Ferraz Pereira no artigo “*A predominância do conceito de qualidade nas diretrizes dos organismos internacionais e suas repercussões nas políticas educacionais*”, investigam como a categoria “qualidade” é utilizada pela UNESCO e pelo Banco Mundial como dispositivo de regulação e controle das políticas educacionais. Onde a “noção” da qualidade é traduzida em indicadores de desempenho e produtividade, subordinando a escola à lógica de avaliação e responsabilização, deslocando da dimensão política e social da educação, e suplantando o compromisso ético e democrático da formação humana.

No artigo “*De prescrições a agenciamentos colaborativos: o lugar da educacional em rios da UNESCO*”, das autoras Ana Cristina Ghisleni, Laura Habckost Dalla Zen e Mariangela Oliveira Lago Rosier, encontramos uma análise detalhada sobre a evolução do discurso da UNESCO sobre inovação educacional, a partir de uma transição discursiva do tom prescritivo, centrado na transferência de modelos do Norte ao Sul, para uma retórica de cooperação e agenciamento colaborativo. Evidenciando assim, sob o discurso da colaboração,

uma racionalidade neoliberal que associa inovação à gestão e à eficiência, reproduzindo formas sutis de regulação e controle epistêmico sobre o campo educacional global.

Finalizando este eixo, no artigo de Estefane Moura do Nascimento, Élido Santiago da Silva e Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos, intitulado “*A conformação da Pedagogia das Competências propagada pela OCDE: uma análise do documento The Future of Education and Skills 2030*”, encontramos uma análise da difusão internacional da Pedagogia das Competências como eixo organizador das reformas educacionais. A análise crítica feita pelos autores, dá ênfase às noções de aprendizagem autônoma e de competências socioemocionais, que reforçam a responsabilização individual e a despolitização da educação, a partir da “compreensão” de um consenso técnico que converte a formação crítica em adestramento para o mercado, mascarado por discursos de inovação e cidadania global.

Na sequência da organização deste dossiê, o **Eixo II - Reformas Nacionais e Políticas de Ajuste**, concentra análises sobre os impactos concretos das orientações multilaterais nas políticas e programas educacionais, revelando os mecanismos de privatização, descentralização e gerencialismo que redefinem o papel do Estado e o sentido público da escola.

De autoria de Renata Lysia Sapucaí de Castro, Daniela Cunha Terto e Hiram de Aquino Bayer, o artigo “*Política Nacional do Ensino Médio e Diretrizes do Banco Mundial: para a Educação Básica: breves apontamentos*” analisa a influência do Banco Mundial na formulação da Política Nacional do Ensino Médio (Lei nº 14.495/2024), desvelando a permanência da lógica gerencial do Novo Ensino Médio. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo indica movimentos da política na manutenção de vínculos com a racionalidade mercadológica, priorizando competências e resultados. Ressaltando a tensão entre democratização e mercantilização da escola, revelando a força dos organismos internacionais na reconfiguração do currículo e da gestão pública.

No artigo “*Programa Parceiro da Escola e sua relação com as orientações de ajuste do Banco Mundial*”, os autores Marcos Soares da Silva e Vilmar

Malacarne, partindo do materialismo histórico-dialético gramsciano, analisam o Projeto de Lei 345/2024 (Paraná), que propõe a terceirização da gestão escolar via parcerias público-privadas. O estudo evidencia os movimentos do projeto refletindo as recomendações do Banco Mundial, alinhando o Estado às políticas de austeridade e eficiência fiscal. Em outras palavras, o estudo denuncia a conversão da escola pública em espaço de experimentação neoliberal, marcado pela precarização do trabalho docente e pela privatização da gestão escolar.

Os autores Henrique Dias Gomes de Nazareth Souza e Carolina Ribeiro de Sousa, com o artigo “*Acordo de resultados e bonificação docente no Rio de Janeiro: entre as recomendações do Banco Mundial e as normativas locais*”, examinam a política de bonificação docente implementada no Rio de Janeiro entre 2009 e 2023, ajuizando sua filiação às recomendações do Banco Mundial. O estudo destaca como o modelo meritocrático, ao premiar resultados padronizados, distorce o sentido formativo da educação e agrava desigualdades escolares. A pesquisa critica a naturalização da *accountability* como sinônimo de qualidade, defendendo a retomada da formação docente como prática reflexiva e solidária.

Em “*O Banco Mundial e a formulação das políticas educacionais no Estado do Acre*”, os autores Mark Clark Assen de Carvalho, Jean Mauro de Abreu Moraes e Sérgio Roberto Gomes de Souza, revisitam as parcerias entre o governo do Acre e o Banco Mundial (1999-2010), analisando-as como expressões da Nova Gestão Pública no campo educacional. Mostra como o discurso da eficiência e da bonificação docente se materializou em políticas de controle e desempenho, subordinando as práticas escolares às metas internacionais. A análise evidencia o caráter estrutural da dependência financeira e ideológica que orienta as políticas educacionais em estados periféricos.

No conjunto dos artigos componentes do dossiê, também apresentamos o **Eixo III - Colonialidade, Dependência e Governança Global**, no sentido de aprofundar o debate sobre os vínculos históricos e epistemológicos entre globalização, imperialismo e dependência, discutindo como o poder dos

organismos internacionais e das fundações filantrópicas perpetua novas formas de subordinação cognitiva e política no Sul Global.

Em “*As políticas de alfabetização no Brasil alinhadas à Agenda 2030: entre o que foi proposto e a realidade*”, de autoria de Gabrielle Custódio Carinheno, encontramos o debate sobre a influência da Educação para Todos (EPT), da Declaração de Incheon e da Agenda 2030 sobre as políticas de alfabetização brasileiras, especialmente no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Na compreensão da alfabetização como direito humano e prática crítica, vinculada à emancipação social e à superação da colonialidade das metas globais, o estudo revela avanços formais, mas também a persistência de contradições entre compromissos internacionais e práticas locais, marcadas por subfinanciamento e tecnocratização.

O artigo “*Instrumentos normativos globais e as políticas públicas de educação inclusiva: do pós-Segunda Guerra Mundial à Agenda 2030*”, de autoria de Frans Robert Lima Melo e Cássia Regina Dias Pereira, analisa a evolução dos marcos normativos internacionais sobre educação inclusiva, desde o pós-guerra até a Agenda 2030. O estudo demonstra que documentos como a Declaração de Salamanca e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência consolidaram princípios de equidade, mas que a lógica neoliberal contemporânea ameaça sua efetividade. O artigo ainda identifica o paradoxo entre o discurso de inclusão e as políticas de ajuste e privatização, revelando o esvaziamento do direito à educação enquanto bem público.

Os autores Filipe Joaquim Kalenguessa, Ivan Penteado Dourado e Mariléia Maria da Silva, analisam o Projeto de Aprendizagem para Todos (PAT I) em Angola no artigo “*Políticas educacionais angolanas na mira do capital-imperialismo: o PAT I como instrumento de hegemonia*”, interpretando-o como expressão do capital-imperialismo contemporâneo. Os autores evidenciam, neste contexto, a ação do Banco Mundial no país como reflexo de uma nova fase de dependência política e cognitiva. O estudo associa a regulação internacional às estratégias de formação da força de trabalho subordinada,

articulando a colonialidade do saber e as estruturas de poder econômico globais.

No artigo “*A filantropia estratégica: Fundação Rockefeller e a educação extensionista no Brasil*”, as autoras Maria Cristina dos Santos e Cíntia Wolfart partem da abordagem histórico-crítica para interpretar a atuação da Fundação Rockefeller no Brasil e sua influência na consolidação da educação extensionista rural. O estudo demonstra que o discurso filantrópico da fundação mascarou interesses geopolíticos e econômicos, transformando a cooperação em instrumento de controle ideológico. Ao articular capital, Estado e filantropia, o artigo revela a gênese de uma racionalidade empresarial que ainda orienta políticas de inovação e “impacto social” na educação contemporânea.

Finalizando o dossiê, apresentamos o **Eixo IV - Resistências e Pedagogias do Sul**, que apresenta experiências, práticas e reflexões que afirmam a potência emancipatória da educação, destacando as pedagogias críticas, populares e decoloniais que emergem como alternativas ético-políticas à racionalidade neoliberal e à colonialidade do saber.

Encontramos no artigo “*O conceito de protagonismo juvenil no currículo do Ensino Médio: um reflexo do modelo neoliberal*”, de autoria de Neyha Guedes Dariva e Simone Côrte Real Barbieri, uma análise da apropriação do conceito de protagonismo juvenil pela BNCC e pelas políticas do Novo Ensino Médio, evidenciando que, sob a retórica da autonomia e da participação, consolida-se uma pedagogia da responsabilização individual, alinhada ao ideário empreendedor e à lógica da meritocracia. O estudo destaca, ainda, o esvaziamento político da formação juvenil e defende a reconstrução do protagonismo como prática coletiva e crítica, vinculada à emancipação e à cidadania.

O artigo “*‘Professores excelentes’ ou agentes da reprodução? O perfil docente do Banco Mundial em Pierre Bourdieu*”, de Matheus Ferreira Manso e Luís Gustavo Alexandre da Silva, analisa criticamente o relatório Professores Excelentes do Banco Mundial, evidenciando o ideal de docência técnica, eficiente e adaptável que a instituição busca consolidar. Fundamentado na

teoria da reprodução de Pierre Bourdieu, o estudo demonstra que o modelo de professor “eficiente” defendido pelo Banco Mundial atua como mecanismo de manutenção do arbitrário cultural dominante. Os autores, contudo, avançam para uma leitura crítica e propositiva do papel docente, reafirmando sua dimensão política, cultural e transformadora diante das práticas de colonialidade pedagógica que atravessam as políticas educacionais contemporâneas.

No artigo “*Educação do campo e reexistência no Sul Global: agroecologia enraizada nos territórios*”, a autora Kamila Karine dos Santos Wanderley analisa a Educação do Campo como um movimento de resistência e reexistência frente às políticas neoliberais e coloniais que incidem sobre os territórios rurais. Fundamentado em referenciais da agroecologia, da educação popular e da decolonialidade, o estudo evidencia como as práticas formativas desenvolvidas no campo configuram espaços de produção de saberes insurgentes e de afirmação de identidades coletivas. Ao reivindicar a Educação do Campo como um projeto de soberania epistemológica, a autora revela sua potência em confrontar a homogeneização curricular e cultural imposta pelos organismos internacionais, reafirmando a centralidade dos saberes locais e das lutas sociais na construção de uma educação comprometida com a emancipação e a justiça social.

Este dossiê convida, assim, à reflexão crítica sobre as assimetrias estruturais e epistemológicas que atravessam o campo educacional contemporâneo. Isso, tomando a Educação como um lugar de possibilidades contra-hegemônicas e de práticas políticas emancipatórias, que se contrapõem à lógica performativa e à responsabilização individual. Logo, os sujeitos da Educação aqui não são situados, apenas, como vítimas das reformas educativas, mas também como promotores de resistências.

Ao tomar o Sul Global como um espaço de enunciação e produção de alternativas, desloca-se o olhar eurocêntrico dominante e reafirma-se o caráter político da educação como campo de disputa entre projetos societários. Com isso, reafirmamos que compreender as intervenções internacionais na educação

implica questionar as próprias bases da modernidade ocidental e suas promessas de progresso, problematizando quem define o que deve ser ensinado, avaliado e legitimado nos diferentes espaços educativos.

Que este dossiê contribua para o fortalecimento do debate necessário e urgente, que é o de **recolocar a educação como um projeto ético-político de emancipação humana**, orientado pela solidariedade, pela equidade e pela soberania dos povos, em oposição às racionalidades instrumentais que pretendem submeter o direito à educação às dinâmicas do mercado global. Em tempos de aprofundamento das desigualdades, financeirização da vida e captura dos sentidos do público por lógicas privadas, torna-se imperativo reabrir o horizonte da educação como bem comum e como prática social capaz de produzir pertencimento, crítica e esperança.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. *Público e privado na educação: interfaces entre Estado e mercado*. São Paulo: Xamã, 2008.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. *A formação de professores de/com qualidade social: a perspectiva discente no contexto emergente da Educação Superior*. 1. ed. São Paulo: Pragmatha Editora, 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARANGONI, Rodrigo Alves. Neoliberalismo: contexto histórico e reflexos à educação. *Ambiente & Educação*, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1165>. Acesso em: 26 out. 2025.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A instituição da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais brasileiras a partir dos princípios “continuar aprendendo” e “aprender a aprender”. *Education Policy Analysis Archives*, v. 29, n. 97, 2021. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6023>. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva. *Análise da atuação do Grupo Banco Mundial na educação superior do Brasil*. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27927/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Thiago%20Rodrigo%20Fernandes%20da%20Silva%20Santos.pdf>.

Acesso em: 30 jan. 2018.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Maria Lúcia de Andrade. A influência do neoliberalismo na educação em tempos contemporâneos. *Campo Aberto - Revista de Educação*, Universidade Federal do Tocantins, v. 8, n. 2, p. 153-170, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/download/15335/21680>. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, Isabela Mendes de Paula. *O papel da governança educacional da OCDE: um estudo de caso da participação brasileira no PISA*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/24509>. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, Juliana Faria de. UNESCO, Banco Mundial e OCDE: perspectivas globais de regulação e normatização da educação. *Estudos em Educação*, v. 29, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/4RBm3DrL6pnHZthvLCZbRWP>. Acesso em: 26 out. 2025.

VALLE, Mário Jorge. Globalização, neoliberalismo e políticas públicas educacionais no Brasil. *Revista Intersaberes*, v. 5, n. 9, p. 92-115, 2010. Disponível em:

<https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/164>. Acesso em: 26 out. 2025.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e82040, 2019. Disponível em:

[https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092019000100009&script=sci\\_arttext](https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092019000100009&script=sci_arttext)

Acesso em: 26 out. 2025.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013.

Recebido em: 16/12/2025

Aprovado em: 17/12/2025

Publicado em: 19/12/2025